



TERMO DE COMPROMISSO N° 005/2024, que entre si celebram a **FUNDAÇÃO DE ENSINO DE CONTAGEM** e a **CAIXA ESCOLAR IEC – UNIDADE NOVA CONTAGEM**.

A **FUNDAÇÃO DE ENSINO DE CONTAGEM** com sede à Rua Coimbra, n.º 100 – Bairro Santa Cruz Industrial, Contagem/MG, inscrita no sob o N.º CNPJ N.º. **16.694.465/0001-20**, doravante denominada **“FUNEC”**, neste ato representada por sua Presidente, **Telma Fernanda Ribeiro**, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Contagem/MG, inscrita no CPF ***. 039.056-**, e de outro lado a **CAIXA ESCOLAR IEC – UNIDADE NOVA CONTAGEM**, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o N.º. **08.133.442/0001-18** com sede na **FUNEC UNIDADE NOVA CONTAGEM**, situada à VC4, n.º 777, Bairro Nova Contagem, em Contagem/MG, CEP. 32050-150, denominada simplesmente **“CAIXA ESCOLAR”**, neste ato representada por sua Presidente, **Andréa Vieira de Moraes dos Santos**, brasileira, Casada, residente e domiciliado em BHTE/MG - portador do CPF N.º ***.788.411-**, acordam firmar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, nos termos do **DECRETO N.º 1134, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024**, e ainda nos termos da proposta do Plano de Trabalho e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Compromisso tem por objeto a execução do **PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, de forma a contribuir supletivamente para melhoria da estrutura física e das atividades pedagógicas da **FUNEC IEC – UNIDADE NOVA CONTAGEM**.

1.2 A **FUNEC** realizará o repasse de recursos financeiros à **CAIXA ESCOLAR IEC UNIDADE NOVA CONTAGEM** de acordo com o Plano de Trabalho anexo, parte integrante e indissociável deste ajuste. (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo de Compromisso terá vigência até **30/11/2024**, com início a partir da data de sua assinatura.

§1º – A **FUNEC** prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 O presente Termo de Compromisso tem o valor de **R\$ 110.043,00** (cento e dez mil e quarenta e três reais), conforme Plano de Trabalho em anexo.

3.2 As despesas decorrentes da parceria correrão à conta do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

1.1122.12.362.0004.2067 - Fonte: 01500000/11501000 / 21573000/22573000

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos para cobrir despesas correntes serão liberados em 02 (duas) parcelas de Custeio, e os recursos para cobrir despesas de Capital em 01 (uma) parcela, conforme o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

4.2 Os recursos previstos na cláusula 3.1 serão transferidos eletronicamente para **CAIXA ESCOLAR IEC UNIDADE NOVA CONTAGEM**, no **CARTÃO CORPORATIVO – BANCO DO BRASIL / Agência 1633**, pelo qual serão obrigatoriamente movimentados.

4.3 Os recursos repassados pelos órgãos ou entidades municipais à Caixa Escolar não podem ser utilizados para finalidades distintas das pactuadas nos Termos de Compromisso, sendo vedadas cláusulas que autorizem a realização de despesas para:

I - pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal, ressalvada a exceção prevista no inciso V do § 4º do art. 2º deste Decreto;

II - utilização de recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas com recursos do Termo de Compromisso em data anterior à sua celebração ou posterior ao término do prazo de sua vigência;

IV - utilização dos recursos financeiros para pagamento de multas, juros ou atualização monetária, referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos, ressalvada a comprovação de ausência de fundos disponíveis e demais hipóteses constantes na legislação específica;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social previstas no plano de trabalho ou equivalente, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de dirigentes, conselheiros, empregados das caixas escolares, autoridades ou de servidores públicos municipais, estaduais e federais;

VI - aditamento prevendo alteração do objeto;

VII - atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.

4.4. O Termo de Compromisso deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas acordadas, o Plano de Trabalho aprovado e demais legislações correlatas, respondendo cada parte pelas responsabilidades assumidas.

4.5 – Para a aquisição de bens e serviços, inclusive de reforma, manutenção, reparo e requalificação de imóveis, a Caixa Escolar deverá adotar procedimentos competitivos e igualitários que observem, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, isonomia e eficiência.

4.6 . Não se aplica o disposto no art. 4.5 - nos seguintes casos:

I - contratação de fornecimento e serviços até o valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e reforma, manutenção, reparo e requalificação de imóveis até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - urgência em atendimento de situações inadiáveis, que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias, vedada a prorrogação do contrato, salvo por motivo de interesse público devidamente justificado;

III - contratos em que a Caixa Escolar seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio ou privilégio, hipóteses em que o contratado poderá ter prazo indeterminado;

IV - aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

V - contratação de remanescentes de serviços ou fornecimento de bens em caso de rescisão contratual, antes do término do objeto, com participantes do procedimento igualitário e competitivo anterior, na ordem de classificação, com preço e condições iguais ou melhores do que o do contrato rescindido;

VI - impossibilidade ou inviabilidade de competição, em especial:

a) contratação de objetos que só possam ser executadas por determinado contratado;

b) contratação de serviços técnicos especializados, em que prepondere a qualificação subjetiva do contratado, realizada com profissionais de notória especialização, assim entendidos aqueles cujo reconhecimento no campo de sua especialidade, intensifique, em termo de segurança, certeza e qualidade, o resultado prático da contratação.

§ 1º O procedimento de contratação previsto no caput deste artigo será instruído com os seguintes documentos:

I - caracterização da situação urgência, que se derivada da decisão extemporânea em convocar o procedimento competitivo padrão, acarretará a apuração de responsabilidade;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço, que deverá corresponder à média do mercado.



§ 2º Para fins de aplicação da dispensa prevista no inciso I do caput deste artigo, fica vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor de aquisição ou da contratação para os mesmos produtos ou serviços, ou ainda para os produtos ou serviços de mesma natureza, que possam ser adquiridos ou executados simultânea ou sucessivamente.

4.6. A estimativa de custo e a justificativa de preço das contratações deverá ser compatível com valores médios de mercado, podendo ser balizado, mediante a utilização de meios, tais como:

I - Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br;

II - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III - portais privados de referência de preços, digitais ou analógicos, gratuitos ou contratados pelo Município; ou,

IV - pesquisa de mercado com, no mínimo, três fornecedores ou prestadores de serviço distintos, comprovada por meio de orçamentos que indiquem o quantitativo, o valor unitário do bem ou o valor da prestação de serviços, a data do orçamento, o período de validade e o CNPJ do fornecedor, devendo ser escolhido aquele de menor valor.

Parágrafo único. Nos casos de contratações que não possam atender aos critérios acima estabelecidos, deverá a Caixa Escolar justificar previamente o método de precificação adotado, submetendo a justificativa para análise e aprovação da Seduc ou Funec, cada uma nos limites de suas competências.

4.7. Ressalvados os casos previstos neste Decreto, os contratados pelas caixas escolares deverão apresentar regularidade fiscal, trabalhista e social, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, o que deverá ser comprovado pela juntada, ao orçamento apresentado, do Certificado de Registro Cadastral - CRC válido ou das Certidões Negativas de Débitos municipais, estaduais e federais, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§ 1º As comprovações previstas no caput poderão ser dispensadas, no todo ou em parte, nas compras de entrega imediata e integral, assim entendidas aquelas com prazo de entrega única de até 30 dias, contados da data do recebimento das propostas, sem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

§ 2º Em caso de fornecimento de bens ou serviços por pessoa jurídica, a contratada deverá apresentar CNPJ que conste Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE compatível com o material ou serviço contratado.

§ 3º Os bens de caráter permanente serão inventariados em nome do Município, estabelecendo-se automaticamente o regime de permissão de uso para a sua utilização pela Caixa Escolar, nos termos de cláusula própria do Termo de Compromisso.

4.8. Para contratação de reforma, manutenção, reparo e requalificação de imóveis, a Caixa Escolar deverá apresentar a proposta para prévia avaliação e aprovação da Seduc ou Funec, nos limites de suas competências legais.

§ 1º A proposta, prevista no caput, deverá conter, no mínimo, as descrições dos serviços de reforma, manutenção, reparo e requalificação a ser realizado na unidade escolar, a justificativa para a sua realização e o relatório fotográfico.

§ 2º A proposta será avaliada pela Seduc ou Funec que, em caso de aprovação, deverá apresentar quais as orientações, inclusive as de ordem técnica, a serem atendidas pela Caixa Escolar para realização da reforma, manutenção, reparo e requalificação de imóveis.

§ 3º Na contratação de reforma, manutenção, reparo e requalificação de imóveis deverão ser observadas as referências oficiais, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, a Planilha Referencial de Preços da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP, a tabela de preços SUDECAP, ou afins.

4.9. Para aquisição de equipamentos de informática, as Caixas Escolares, sempre que possível, seguirão as diretrizes técnicas e de padronização da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI do Município de Contagem.

4.10. Os contratos firmados pelas Caixas Escolares deverão, sempre que possível, ser precedidos da elaboração de instrumento contratual, nos termos de suas cláusulas e das disposições do Código Civil.

4.11. O prazo de execução contratual deverá observar a vigência do Termo de Compromisso, ressalvados os contratos por escopo.

Parágrafo único. Na hipótese de eventual atraso na assinatura de novo Termo de Compromisso, a Funec, mediante requisição prévia, autorizará as Caixa Escolares a firmarem aditivos contratuais

estendendo o prazo de execução dos contratos de natureza continuada até que seja firmado novo Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS CONTRATANTES

5.1 – COMPETE À FUNEC:

A Funec deverá emitir parecer técnico e financeiro de análise da prestação de contas, referente a cada Termo de Compromisso celebrado com a Caixa Escolar, com o seguinte critério de avaliação:

- I - prestações de contas regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho;
- II - prestações de contas regulares com ressalvas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário;
- III - prestações de contas irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado dos objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - c) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, que constitua grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
 - d) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Parágrafo único. A autoridade competente para assinar o Termo de Compromisso é a responsável pela decisão sobre a prestação de contas, tendo como base a análise técnica do setor competente da Seduc ou Funec, os pareceres técnicos e financeiros, sendo permitida a delegação da competência ou a constituição de comissão especial para essa finalidade.

Art. 31. Se constatado o descumprimento total ou parcial do Termo de Compromisso firmado com a Caixa Escolar, por ocasião da avaliação da prestação de contas, a autoridade competente deverá instaurar processo administrativo ou de Tomada de Contas Especial para apuração de responsabilidade e eventual dano ao erário, observados os atos normativos pertinentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e as orientações expedidas pela Controladoria-Geral do Município de Contagem.

Parágrafo único. Após adotadas as medidas apresentadas no caput deste artigo, a autoridade competente deverá elaborar relatório conclusivo contendo a identificação da Caixa Escolar e responsáveis, os procedimentos adotados e as irregularidades não sanadas, encaminhando imediatamente para a Controladoria-Geral do Município.

COMPETE À CAIXA ESCOLAR:

5.2- Os recursos financeiros transferidos por meio de Termos de Compromisso, assim como os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, somente poderão ser utilizados em conformidade com o objeto pactuado e nos termos previstos no Plano de Trabalho, com observância da classificação orçamentária do repasse.

5.2.1. Os pagamentos deverão ser realizados com a identificação do beneficiário final, mediante Transferência Eletrônica Disponível -TED, Documento de Ordem de Crédito - DOC, débito em conta, boleto bancário ou transferência digital.

Parágrafo único. Todos os documentos de despesas realizadas deverão ser emitidos em nome da Caixa Escolar executora do projeto, devendo estar corretamente preenchidos e sem rasuras.

5.2.2. Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira não utilizados poderão ser reprogramados para a parcela subsequente.

Parágrafo único. Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira não utilizados deverão ser restituídos ao Município de Contagem, em até 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Termo de Compromisso.

5.2.3. Quando houver coincidência de fontes de despesas, os recursos municipais repassados às Caixas Escolares deverão ser utilizados, preferencialmente, somente após o esgotamento dos recursos repassados pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS

6.1 – Os bens adquiridos, produzidos ou transformados pela CAIXA ESCOLAR com recursos da parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em estrita conformidade com o objeto pactuado.

6.2 – Extinto o ajuste por realização integral de seu objeto, os bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria serão entregues a FUNEC, para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.

6.3 – Na hipótese de dissolução da CAIXA ESCOLAR durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela FUNEC, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de notificação da dissolução.

6.4 – Caso a CAIXA ESCOLAR adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes serão gravados com cláusula de inalienabilidade, restando formalizada a promessa da transferência de sua propriedade para a FUNEC, em caso de extinção da CAIXA ESCOLAR, conforme disposto no Decreto Municipal nº 1134 de 06/02/2024.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – A CAIXA ESCOLAR elaborará e apresentará a FUNEC prestação de contas na forma discriminada nos artigos 24 a 29 do Decreto Municipal nº 1134 de 06/02/2024 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

7.2 – A CAIXA ESCOLAR deverá apresentar prestação de contas parciais dos recursos destinados às despesas correntes, e prestação de contas final, que deverá conter a prestação de contas da totalidade dos recursos destinados às despesas correntes e às despesas de capital, observando o seguinte regime:

a) o repasse da primeira parcela será condicionado à aprovação das prestações de contas parciais do Termo de Compromisso anterior;

b) o repasse da segunda parcela será condicionado à aprovação da prestação de contas final do Termo de Compromisso anterior, bem como pela aprovação do balancete anual, e à apresentação da prestação de contas da primeira parcela do novo Termo;

7.3 – Os recursos para cobrir despesas de capital serão liberados em parcela única, cuja prestação de contas deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas final.

7.4 – Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da CAIXA ESCOLAR, e deverão compor a prestação de contas na forma discriminada nos artigos 24 a 29 do Decreto Municipal 1134 de 06 de fevereiro de 2024, que estarão à disposição dos órgãos de Controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria CAIXA ESCOLAR. Para controle da CAIXA ESCOLAR, deverão ser mantidas cópias das prestações de contas em sua sede.

7.5 – Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

7.6 – A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

7.7 – Constatada irregularidade, atraso ou inadimplência na apresentação da prestação de contas parcial, o Presidente da FUNEC suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará a CAIXA ESCOLAR, dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, em casos extraordinários e a pedido da CAIXA ESCOLAR, por mais 30 (trinta) dias, para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

7.8 – A responsabilidade da CAIXA ESCOLAR pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da FUNEC pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.



7.9 – A Prestação de Contas deverá ser aprovada, em sede preliminar, pelo Conselho Fiscal da CAIXA ESCOLAR.

7.10 – Todas as prestações de contas deverão ser encadernadas com todos os anexos, assinados pelo Presidente da CAIXA ESCOLAR, e entregues em uma via original à Diretoria Financeira da FUNEC.

7.11 – As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais, contratuais e/ou equivalentes.

7.12 – Deverão constar obrigatoriamente nas prestações de contas as Certidões Negativas de Débitos e os Certificados de Regularidade Fiscal das empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de bens de consumo e permanentes.

7.13 – A prestação de contas final de execução do objeto e de execução financeira, da aplicação dos recursos recebidos em transferência, dos de contrapartida oferecidos, será feita em 20 (vinte) dias a partir do fim da vigência do presente Termo de Compromisso, podendo ser prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante solicitação e justificativa da CAIXA ESCOLAR, para apresentação da Prestação de Contas final.

CLÁUSULA OITAVA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

8.1 – Em qualquer ação promocional relacionada à parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações da FUNEC.

8.2 – É vedada à CAIXA ESCOLAR a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto da parceria sem o consentimento prévio e formal da FUNEC.

8.3 – Caso a CAIXA ESCOLAR realize ação promocional sem a aprovação da FUNEC e com recursos da parceria, o valor gasto deverá ser restituído à conta dos recursos disponibilizados e o material produzido deverá ser imediatamente recolhido.

8.4 – A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito da presente parceria, deverá apresentar o brasão oficial de Contagem, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal da FUNEC.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – Os Termos de Compromisso somente poderão sofrer alterações em suas cláusulas e no Plano de Trabalho por meio de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento, devidamente justificados e formalizados, sendo vedada alteração do objeto pactuado.

§ 1º As alterações serão realizadas por Termo Aditivo nos casos de:

I - acréscimo ou redução de metas e valores;

II - prorrogação da vigência.

§ 2º As alterações serão realizadas por Termo de Apostilamento nos casos de:

I - correções de erros materiais;

II - remanejamento de recursos no Plano de Trabalho;

III - alteração da dotação orçamentária.

§ 3º A solicitação de Termos Aditivos e de Apostilamento pelas Caixas Escolares deverá ser apresentada à Funec.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – Todas as comunicações relativas a este Termo de Compromisso serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico e se entregues por protocolo ou remetidas por correspondências, telegrama ou fax ou devidamente comprovadas por Aviso de Recebimento (AR), no endereço dos participantes.

13.3 – Os casos omissos serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie.





PREFEITURA
MUNICIPAL
DE CONTAGEM

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Contagem para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Contagem, 07 de março de 2024.

Telma Fernanda Ribeiro

Presidente da Fundação de Ensino de Contagem

Andréa Vieira de Moraes dos Santos
Caixa Escolar I.E.C Unidade Nova Contagem

1ª TESTEMUNHA

CPF 229.373.826-49

2ª TESTEMUNHA

CPF 098.551.986-03

PLANO DE TRABALHO**01 - DADOS CADASTRAIS**

ORGÃO/ENTIDADE PROPONENTE	CAIXA ESCOLAR IEC UNIDADE NOVA CONTAGEM		
CNPJ	08.133.442/0001-18		
ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro	RUA VC 4	Nº	777
CEP	32050-150		
Bairro	NOVA CONTAGEM	Cidade	CONTAGEM
UF	MG		
Telefone/Endereço Eletrônico	funec.novacontagem@funec.contagem.mg.gov.br		

DADOS BANCÁRIOS

Banco/nº	1	Nº conta corrente	Cartão corporativo
----------	---	-------------------	--------------------

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome	Andréa Vieira de Moraes dos Santos		
CPF	376.788.411-91	CI/Orgão Expedidor	M 1.114.818- PC/MG
Cargo/Função	DIRETORA	Período de Mandato	01/01/2022 a 30/12/2024

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL

Logradouro	Rua José Amaral	Nº	133
CEP	31.320-020		
Bairro	Ouro Preto - Ap 102	Cidade	B.Hte
UF	MG		
Telefone/Endereço Eletrônico			

ENTIDADE EXECUTORA

Endereço	
Secretaria/Interveniente	Fundação de Ensino de Contagem
Nome do Responsável	Telma Fernanda Ribeiro

03 - DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

TÍTULO	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO		
PERÍODO DE EXECUÇÃO			
Início	Março 2024	Término	30/11/2024

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Execução do PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, de forma a contribuir supletivamente para a melhoria da estrutura física e das atividades pedagógicas da **CAIXA ESCOLAR IEC UNIDADE NOVA CONTAGEM**

JUSTIFICATIVA

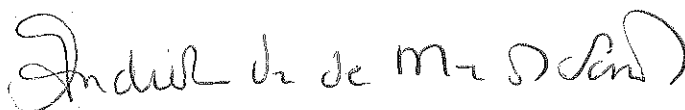
Contribuir para a elevação da qualidade da educação básica, tornando sua oferta equitativa, e reforçar a autonomia gerencial da unidade escolar.

04 - PUBLICO ALVO						
Alunos de Fundação de Ensino de Contagem - Unidade Nova Contagem						
Total de alunos beneficiados:						528
05 - METAS						
Item	Meta					Prazo
1	Garantir a manutenção e conservação de equipamentos e mobiliários, e aquisição de materiais necessários ao ensino da educação básica conforme os incisos II, III, IV, V e VIII do artigo 7º da Lei 9.394/96 LDB.					Março a Novembro 2024
2	Aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;					Março a Novembro 2024
3	Realização de atividades-melo necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;					Março a Novembro 2024
06 - ÁREAS DE APLICAÇÃO						
CLASSIFICAÇÃO	APL	Metas/Objetivos	Justificativa	Previsão de Execução	Valor R\$	
INVESTIMENTO (CAPITAL)	Aquisição de 02 computadores (desktop, monitor, teclado e mouse) LENOVO	Os dois computadores de última geração serão destinados para a secretaria da escola, garantido um serviço de qualidade e rapidez.	Aquisição realizada via adesão de ata de preços no ano de 2023, com entrega já realizada em 20/12/2023	Até 30 de Março		RS 10.048,00
	Aquisição de caixas de som amplificadas 500RMS/500 WATTS	Para atender professores e alunos no desenvolvimento de trabalhos e eventos na escola.	A aquisição será de 05 unidades no valor médio de R\$ 800,00	Até 30 de julho		RS 4.000,00
	Aquisição de Kit Caixa de som ativa/passiva e mesa de som	Promover melhorias no sistema de som da escola com aquisição de equipamentos novos que complementam os já existentes.	Os preços no mercado de um Kit de equipamentos de som variam entre R\$4000,00 e R\$6000,00.	Até 30 de julho		RS 4.500,00
	Aquisição de microfones sem fio e com fio	Promover melhorias no sistema de som da escola com aquisição de equipamentos novos que complementam os já existentes.	Adquirir um conjunto de microfones sem fio (R\$ 900,00) e 02 a 03 conjuntos de microfones sem fio (R\$ 300,00 cada).	Até 30 de julho		RS 1.500,00
	Aquisição de impressora Ecotank para escritório	Promover melhorias no atendimento da supervisão e direção escolar com novos equipamentos.	O valor de uma impressora colorida Ecotank varia entre R\$ 1200,00 e R\$1500,00.	Até 30 de julho		RS 1.500,00
	Aquisição de armário de aço de duas portas	Para promover melhorias no armazenamento de material e documentos na supervisão pedagógica.	O valor de um armário de aço varia entre R\$850,00 e R\$1000,00.	Até 30 de julho.		RS 1.000,00
MATERIAIS DE CONSUMO (CUSTEIO)	Aquisição de material de expediente e secretaria (Toner, cartuchos, pincel, apagador, envelopes e papel A4)	Demandas de xerox das atividades pedagógicas e dos serviços administrativos durante todo o ano.	A demanda mensal de folhas de papel A4 da unidade escolar varia entre 5 a 10 mil folhas mensais	Até 15 de julho.		RS 6.000,00
	Materiais de limpeza, higiene e embalagens	Para atender a demanda de materialidade para execução da limpeza escolar e para o fornecimento de café e chá no refeitório aos professores.	São diversos produtos com consumo variável, portanto, é necessário manter um estoque dentro da demanda anual de cada produto.	Até 30 de Abril		RS 3.000,00
	Materiais elétricos (extensões, benjamins, lâmpadas) e materiais de informática (cabos, teclados e mouses)	Para atender a demanda escolar por essas diversas materialidades ao longo do ano.	são diversos materiais de valores variados, porém os quantitativos comprados permitem a formação de estoques que atendem a demanda ao longo do ano.	Até 30 de abril		RS 1.000,00
	Aquisição anual de material esportivo	A demanda por material esportivo é anual, sendo necessário a compra de materialidades por etapa. No contrato com o fornecedor, faremos duas compras de material esportivo no ano.	A previsão de compra anual é de 10 unidades de bolas de futsal, 05 bolas de basquete e 08 bolas de vôlei, além de redes e material de badminton.	Até 30/04; até 15/8.		RS 3.200,00
	Contrato para aquisição de material de expediente e papeleria	A demanda por material de expediente e papeleria é anual, sendo necessário a compra de materialidades por etapa. No contrato com o fornecedor, faremos duas compras desses materiais no ano.	são diversos materiais de valores variados, porém os quantitativos comprados permitem a formação de estoques que atendem a demanda ao longo do ano.	Até 15/07; até 15/11.		RS 4.500,00
	Acevo literário e Material Educativo pedagógico	Cumprindo a regulamentação, 5% das vendas do caixa escolar são destinados para atender essa demanda.	A compra segue a listagem de indicação de livros realizada pela biblioteca. Valor médio dos livros fica entre R\$40,00 e R\$60,00.	Entre 07/10 até 15/11.		RS 2.500,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS (CUSTEIO)	Serviços de contabilidade, taxas e licen	Contrato de 12 meses de prestação de serviços de contabilidade para emissão de documentos.	Prestação de serviço contínuo ao longo do contrato.	Até 30 de Março		RS 2.000,00
	Provedor de Internet	Contrato de 12 meses de prestação de serviços de provedor de Internet	Prestação de serviço contínuo ao longo do contrato. Pagamento mensal dos serviços prestados no valor médio de R\$ 200,00.	março a dezembro		RS 2.500,00
	Manutenção preventiva de computadores, projetores, impressoras e caixas de som.	Contrato de prestação de serviços até 30/11. A demanda demanda por manutenção de equipamentos são variáveis. Assim, os valores previstos são provisionamentos.	Serão destinados para a compra de refil/toners valores de R\$ 2000,00 e R\$ 2500,00. Os valores destinados à manutenção são provisiones. Os valores não gastos em manutenção serão revertidos na compra de toners para formação de estoques.	até 15/05; até 15/07; até 20/11		RS 4.000,00
	Serviço de transporte diário dos funcionários da unidade escolar, com rota pré-determinada	Contrato de 6 meses de prestação de serviços. Início de prestação de serviços em 05 de fevereiro e término em 31 de julho.	Pagamento mensal no valor de R\$ 8000,00 reais. Totalizando um valor de contrato de R\$ 48000,00 reais.	Até 15 de maio; até 15 de agosto.		RS 50.000,00
	Manutenção predial e equipamentos	Manutenção hidráulica, elétrica e equipamentos	Conservação predial	Até 30/11/24		RS 2.200,00
	Serviço de transporte de alunos para excursões escolares	Para atender a demanda de 65 excursões no período de maio até agosto.	Previsão de 1400,00 por aluguel de transporte para atender as excursões dentro dos municípios de Contagem e Belo Horizonte	Entre junho e até 15 de agosto		RS 6.600,00
	07 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO - CONCEDENTE					
CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO						
1.1122.12.362.0904.2067 Fonte: 01600000/ 11601000 / 21673000 / 22573000						
RESUMO DA EXECUÇÃO						
CUSTEIO - MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS						
CAPITAL - INVESTIMENTOS						
TOTAL GERAL						
08 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - PROPONENTE						
CUSTEIO - MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS						
CAPITAL - INVESTIMENTOS						
TOTAL GERAL						
09 - CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS						
CUSTEIO E. MÉDIO/ Anual - 1ª Parcela						
CUSTEIO E. MÉDIO/ Anual - 2ª Parcela						
INVESTIMENTO/CAPITAL - Parcela Única						

10- DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto a Fundação de Ensino de Contagem, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Contagem, 07 de março de 2024



Andréa Vieira de Moraes dos Santos
CAIXA ESCOLAR IEC UNIDADE Nova Contagem

11- APROVAÇÃO

O Plano de Trabalho atende as expectativas desta Diretoria.

DECLARAÇÃO

Contagem, 07 de março de 2024

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto a Diretoria de Ensino de Contagem, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho.



Diretoria de Ensino

Rafael Caetano Peixoto
Diretoria Administrativa Financeira
Diretor Administrativo Financeiro
Mat. 282022 - ELINEC

Aprovo o presente Plano de Trabalho e solicito a elaboração Termo de Compromisso

Contagem, 07 de março de 2024



Telma Fernanda Ribeiro
Presidente - Funec
Telma Fernanda Ribeiro
Presidente da Funec